



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

IGO DANRLEY MENDONÇA

**EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE SEXUAL
NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM PICOS**

PICOS
2019

IGO DANRLEY MENDONÇA

**EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE SEXUAL
NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM PICOS**

Trabalho apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Piauí como requisito para obtenção do título em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira

**PICOS
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

M539e Mendonça, Igo Danrley.
Educação de mulheres como resistência: desigualdade sexual no campus da Universidade Federal do Piauí em Picos. / Igo Danrley Mendonça. -- Picos,PI, 2019.
45 f.
CD-ROM: 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia). – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2020.
“Orientador(A): Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira.”

1. Desigualdade Sexual. 2. Gênero – Educação Superior. 3. Graduação - Enfermagem. 4. Graduação- Sistemas de Informação. I. Título.

CDD 371.822



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos dez (10) dias do mês de dezembro de 2019, às 17:00 hrs, na sala 824, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **IGO DANRLEY MENDONÇA** sob o título “**EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE SEXUAL NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM PICOS**”.

Banca constituída pelos (as) professores (as):

Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira Universidade Federal do Piauí	Orientador
Profª. Drª Cristiana Barra Teixeira Universidade Federal do Piauí	Examinadora
Prof. Esp. Antônio de Mouta Fé Universidade Federal do Piauí	Examinador

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 9,5.

Picos (PI) 10 de dezembro de 2019.

Orientadora: Gabriel Eidelwein Silveira
Examinador: Antônio de Mouta Fé
Cristiana Barra Teixeira

IGO DANRLEY MENDONÇA

**EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE SEXUAL
NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM PICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC, apresentado a Universidade
Federal do Piauí como parte das
exigências para obtenção do título
em Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Picos, 10 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira
(Professor Orientador)

Profa. Dra. Cristiana Barra Teixeira

Prof. Esp. Antônio de Mouta Fé

Dedico este trabalho a minha família, que muito me apoiou e me incentivou a realizá-lo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira, por ter surgido na minha trajetória acadêmica em um momento em que estive em desesperança, sensação de abandono e perdido diante das possibilidades disponíveis de pesquisa. Sua chegada ao campus motivou a minha atuação discente em vários espaços da instituição e seu incentivo e apoio me ajudou a realizar este Trabalho de Conclusão de Curso e tantas outras atividades formativas.

Aos meus companheiros(as) do Projeto de Extensão Direitos Humanos em Pauta, ao qual tive a satisfação de integrar e construir, em especial a Clara Martins Pedrosa por ter dividido comigo passos importantes na produção científica. Além disso, por ela me encorajar a vencer as guerras diárias, por me dar suporte material, tendo em vista as minhas condições, mas antes de tudo, por ela representar o que há de melhor no significado de amizade.

Aos meus companheiros(as), Alexandre, Kaenna, Andréa, João Victor, Wemerson, Marcos, Alice, Vanessa, Gabi, Fábio e Victória da antiga União da Juventude Socialista – UJS / Picos, que junto a mim, naquele momento, tiveram a primeira experiência e embasamento em formação política, constituindo a nossa escola de engajamento estudantil, que nos inseriu e nos oportunizou desenvolver a militância no movimento de juventude picoense com muita seriedade, responsabilidade e coerência. Estando a frente do Diretório Central dos Estudantes – DCE “20 de Junho”, meus agradecimentos vão a Bernardo Rafael Blanche pela parceria e força no nosso ano de gestão, e nos dois mandatos que integrei o quadro de diretores do Centro Acadêmico de Pedagogia – CAPE, não seria possível se não tivesse ao meu lado a companhia da Vinna Cruz.

E por fim, não menos importantes, gostaria de demonstrar gratidão ao meu grande amigo Dan Tácito, pelo dom da palavra e por me tirar sorrisos em momentos de tensão, a Junior pôr a gentileza ao preparar meu café durante as noites atravessadas, a Philippe por se sensibilizar com as minhas limitações materiais e por todos(as) que indiretamente mandaram boas energias e sucesso ao meu processo de produção. Nada mais a declarar, registro os meus agradecimentos em retribuição a tudo que fizeram de bom pra mim nesses dias e noites de esforço.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Enfermagem participam de Grupo Focal	36
Figura 2 – Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação participam de Grupo Focal	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação dos vinte cursos mais procurados por mulheres e homens	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

C&T – Ciência e Tecnologia

TCLE – Termo de Compromisso de Livre Esclarecido

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ESTUDOS DE GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	14
1.1 SIMONE DE BEAUVOIR	14
1.2 AS TRÊS “ONDAS” DO FEMINISMO	16
2. GÊNERO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	24
3. APROXIMAÇÕES COM O FENÔMENO GENDER <i>TRACKING</i>	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	44

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa que Ciência e Tecnologia – C&T desempenham um papel de suma relevância enquanto força de produção, na sociedade contemporânea, torna-se elementar pensar que, no atendimento das necessidades de todos os setores da vida humana, essas áreas do conhecimento venham a aliar-se ao campo da educação. Porém, nos resta realizar o debate esclarecido sobre como se dá o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, em termos de promover, em todos os níveis de escolarização, ações afirmativas que garantam a igualdade dos sexos nos espaços de construção científica e tecnológica.

Apontamentos sobre as questões da democratização do ensino superior ressaltam em seus registros avanços de ganhos significativos para a conquista de representatividade, que visam atender as políticas de mudança para transformação da realidade excludente que envolve a educação de mulheres. Conduziu-se fortes modificações no sentido de melhorar as bases do sistema educativo em relação às oportunidades de minimizar este problema que percorre há séculos a história das mulheres.

Refletindo acerca do argumento geral que as construções sociais reproduzidas e compartilhadas universalmente perpetuam essa desvantagem, sobretudo por estarem fortemente introduzidas nas relações de poder, nos cabe questionar o sistema de desvalorização feminina ao explorar esse contexto de opressão que continua a conduzir a maioria das estudantes do sexo feminino para cursos tradicionalmente “femininos”, para encontrarmos estratégias curriculares que venham afastar-se dessas esferas de aprisionamento.

Para tanto, organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, vamos nos deter aos fundamentos constituintes do referencial teórico desta pesquisa, focando nas obras clássicas dos estudos de gênero e perpassando a história do movimento feminista na construção desse campo do conhecimento. Olhando para a história das mulheres, reconheceremos alguns indicadores que têm nos possibilitado pensar a emergência das suas reivindicações dentro do contexto social, político, econômico e cultural.

Observa-se um recorte histórico dos principais marcos que impulsionaram o motor das revoluções, lideradas pelo movimento de mulheres, que tem sua trajetória classificada cronologicamente e pode ser conhecida como as três ondas do feminismo. Em conjuntura de denúncia, as mulheres indagam o destino que lhes são determinadas por conta das suas características biológicas, problematizam os significados culturais que se põem sobre sua condição de mulher, afirmam o descontentamento com os papéis sociais que são obrigadas a

seguir, e executam o inevitável engajamento político, perante a dinâmica de mobilizações internacionais sobre essas abordagens de caráter emancipador.

Após a colaboração conquistada por cada uma desses momentos, lançamos olhar para a conjuntura contemporânea, que anuncia arranjos baseados na diversidade, diante da transcendência de novas identidades e de configurações sexuais que não se limitam apenas ao binarismo e ao sistema de heterossexualidade. Contamos com teorias de filósofos pós-modernos e pós-estruturalistas para evidenciar uma vasta observação sobre os novos atores dessa discussão, a partir de uma crítica à hegemonia dos discursos, presentes na linguagem, que remetem a um conjunto de práticas de adestramento das mulheres. Para dispersar desse lugar de regulação que reveste a sexualidade é preciso que o movimento feminista ensaie novas concepções de atuação, que de fato venha a englobar indivíduos dissonantes da “normalidade”.

No segundo momento é feita aproximações específicas com o fenômeno analisado, caracterizado como “*gender tracking*” ou “sexualização das carreiras”, responsável por concentrar o maior número de mulheres nas áreas de Ciências Humanas e da Saúde, em detrimento de estereótipos sexuais que configuram cursos em “masculinos” e “femininos”, ocasionando o afastamento de mulheres dos cursos de graduação na área de Ciência e Tecnologia.

Nesse estudo, contamos com aportes teóricos e determinadas conceituações que nos possibilitam potencializar a pesquisa e perceber de que modo esse problema vem se apresentando no campus da Universidade Federal do Piauí – UFPI, no município de Picos. Trata-se da manifestação local de um processo geral, visto que, na sociedade brasileira, como um todo, existem ideias redutoras da profissionalização da mulher, um peso carregado graças às visões simplistas que alegam a sua falta de habilidades, marcando uma disputa acirrada pelo mercado de trabalho com os seus “concorrentes”, os homens. Nesse cenário, a relação que se estabelece é a de competição, pois na medida que as mulheres são liberadas do regime paternalista, passam a ser enxergadas, por eles, como uma ameaça, colocando em risco a hierarquia naturalizada desde as primeiras formas de organização social.

Na terceira parte, compartilhamos dados produzidos a partir da realização de uma técnica de caráter qualitativo, denominada grupo focal, que terá como partícipes alvo de análise, estudantes ingressantes dos cursos de Bacharel em Enfermagem e Bacharel em Sistemas de Informação da Instituição. Objetivou-se observar, mediante a interação dialógica e coletiva, aspectos do período que compreendeu a escolarização dessas jovens mulheres, em

especial no processo de tomada de decisão por um curso universitário. Essa pesquisa busca apontar o papel dos aspectos mais “objetivos”, como a importância da estrutura física da escola para a garantia de recursos experimentais, até os aspectos mais “abstratos”, como a formação de professores, o domínio de informações apresentados pelo corpo docente para uma possível orientação vocacional, a realização de atividades formativas e a participação sistemática em programas governamentais de incentivo à iniciação científica, a fim de observar se houve episódios de intolerância em função da persistência dos preconceitos. Buscou-se inclusive problematizar se o meio familiar exerceu influência, positiva ou negativa, em relação à motivação e apoio para seguir determinadas escolhas profissionais.

1. ESTUDOS DE GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No presente capítulo realizamos um debate esclarecido sobre a importância do gênero como campo de estudo, para que no cerne das discussões aqui realizadas possamos compreender as circunstâncias que fortalecem o sistema de desvalorização das representações do feminino e a cultura de opressão contra as mulheres. Com relação a isto, faremos uso de construções teóricas que constituem as obras clássicas desta temática, responsáveis por caracterizar os fundamentos desta análise.

1.1 SIMONE DE BEAUVOIR

Partindo dessa perspectiva, é imprescindível iniciar citando aquela que consideramos uma pioneira nos desdobramentos dos estudos de gênero, Simone de Beauvoir, escritora, filósofa existencialista, teórica social, ativista e defensora pelos direitos da mulher. Seu legado marca a crítica e a profunda indignação diante do destino tradicional da mulher, transformando a forma como a sociedade passou a encarar as dimensões em que estas estão inseridas enquanto indivíduos.

Nessa conjuntura de denúncia, acerca das mazelas e abusos as quais mulheres passaram e passam, a inconformidade é expressa, por exemplo, em “O Segundo Sexo”, de Beauvoir, apresentando novos conceitos e formas de se pensar a realidade imediata, a liberdade, a sexualidade, os corpos, a mente, etc. Reescrevendo uma nova história, dessa vez contando com a participação das mulheres como sujeitos ativos e protagonistas das suas próprias vidas.

Beauvoir nos oferece aqui a principal argumentação sobre essa revolução sexual, a de que o determinismo biológico não é suficiente para determinar o que é ser homem ou mulher, sendo imprescindível complementar essa problematização com aportes analíticos sobre os arranjos sociais que construíram as ideias que temos sobre as representações que cristalizaram os sexos.

Como diz Judith Butler, futuramente, (2003, p. 24), “o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado”. Por essa consideração, entendemos como algo que se projeta no âmbito das relações sociais, o que nos dá uma noção de que a expressão do gênero têm forma plural, sendo que quaisquer formas de associação às características físicas acabam por limitar e reduzir, normativamente, a diversidade presente na experiência real do desejo e da sexualidade.

Beauvoir tinha como seu propósito trazer à luz da sociedade pautas pertinentes e necessárias, tendo em vista uma emancipação humana, pois entende que a desigualdade nas

relações entre mulheres e homens é um traço que fere a dignidade daquelas. Portanto, para liquidar essa dívida social, era urgente que acontecesse um movimento de conscientização, através da contribuição das mulheres, agora cada vez mais engajadas numa luta que -acreditamos – deveria ser manifestada por todos nós.

A estudiosa aponta, que em decorrência de um tipo de virilidade superestimada culturalmente, é que surge o encadeamento com a realidade imposta, na qual a feminilidade é tida constantemente como um alvo. Nesse cenário as organizações independentes de mulheres afirmam que almejam sua libertação desse modelo padrão, falocêntrico, que tão pouco ou nada traduz as suas particularidades e subjetividades. Beauvoir relata que a “dualidade” masculino/feminino advém de um conflito arraigado, em torno da história da humanidade, sendo que quaisquer oportunidades de a mulher se desprender do processo de segregação são sentidas como a colocação em risco da moral e dos costumes do regime paternalista.

Tais arbitrariedades definem a condição histórica das mulheres, pois se naturalizaram na cultura, um conjunto de comportamentos ligados diretamente aos papéis que elas “deveriam” seguir. Instituiu-se, assim, uma dinâmica de aprisionamento a um sistema que engendra e polariza a sua realidade, “por intermédio das religiões, das tradições, da linguagem, dos contos, das canções, do cinema, os mitos penetram até nas existências mais duramente jungidas” (BEAUVOIR, 1970, p. 306).

A crítica narrada na obra “O Segundo Sexo” anuncia um projeto de vida desenhado a um longo tempo, reproduzido nos hábitos cotidianos e concretamente experimentado, porém, só recentemente contestado. Convém exprimir que as vítimas dessa discriminação não tiveram igualdade de condições para se sobressair, afinal aos homens foram dadas as incumbências de um privilégio “inquestionável”, em uma tradição que anula a participação da mulher em todas as esferas.

É claro que, de um ponto de vista ético, considera-se injusta essa supremacia inquestionável dos homens. Até em áreas que dispõem, em seu regimento, de princípios fundadores para o exercício pleno de suas funções, como é o caso do Direito, os homens se fazem “imparciais” diante dessa lógica excludente. Como afirma Poullain de la Barre, (apud Beauvoir, 1970, p. 16) “os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens favoreceram seu próprio sexo”, gratuitamente insistem no julgamento preconcebido das mulheres ao tomá-las por inferiores, na medida em que atribuem à sua figura ao título de “incapaz”.

Beauvoir traz essa perspectiva como responsável pela motivação do conflito estabelecido, ao passo que as mulheres discordam da promulgação hostil em que são

instauradas como “incapazes”, se recusam a assumir esse fado e clamam para que sejam reconhecidas pelos esforços, aptidões, potenciais e suas aplicabilidades úteis, a fim de superar o atraso durante o tempo em que foram privadas de colaborar em inúmeras áreas.

1.2 AS TRÊS “ONDAS” DO FEMINISMO

Tendo visto os desdobramentos até aqui levantados sobre os estudos de gênero, na tentativa de trazer brevemente conhecimentos indispensáveis a leitura deste trabalho, prosseguimos nesta seção com uma análise da história do movimento feminista. Com a necessidade de ampliar o nível de compreensão de todos os sujeitos que tiverem acesso a essa pesquisa, resgataremos algumas contribuições dos estudos de Guacira Lopes Louro, para que, de fato, tenhamos uma verdadeira experiência formadora. Portanto, é válido ressaltar que esse processo histórico de organização das mulheres é dividido em “três ondas”. Em seu sentido cronológico, podemos entendê-las, como gerações ou até mesmo dimensões.

Verifica-se que, em um primeiro momento da luta de mulheres, em fins do século XIX, as exigências levantadas por elas visavam objetivos imediatos, tais quais como a conquista de direitos civis, políticos e sociais básicos em prol de uma igualdade pública mínima. Direitos fundamentais, inerentes à cidadania, aquelas que não eram contempladas pelo sistema público de acesso e proteção, em que mulheres e homens se desenvolvem em iguais condições de oportunidades. Nesse primeiro estágio de mobilização, reivindicavam a sua incorporação legítima ao mercado de trabalho e a garantia de participação política, ao passo que pudessem exercer a democracia através da extensão do direito ao voto, no chamado “movimento sufragista”.

Já o período descrito como a “segunda onda” do feminismo, carrega em suas influências o fato de implicar, nas suas lutas, pautas culturais em relação ao “questionamento dos padrões sociais que atribuem a homens e a mulheres papéis específicos nas relações afetivas, na vida política e no trabalho, o que estaria na base da preservação de desigualdades” (MARTINS, 2015, p. 234).

Além disso, enquanto movimento social, a luta de mulheres conta com o peso alcançado por Beauvoir, uma de suas principais articuladoras nessa fase, pela sua forte referência ao ensejo de ecoar questões fundamentais para o reconhecimento da igualdade dos sexos. Sob a ótica desta importante representante, foi possível manifestar a fatalidade designada no plano de vida que era proposto às mulheres, especialmente nessa época, devido à tentativa de romper com a estrutura de aprisionamento imposta e fugir da sina causada por tal seccionamento incoerente dos indivíduos.

Nesse momento, período que compreende o final da década de 1960, é que o feminismo “irá se voltar para as construções propriamente teóricas” (LOURO, 1997, p. 15), a partir de construções engendradas diante da profunda discordância e revelia com a ainda presente invisibilidade da mulher em diversos espaços. Com o surgimento de um processo de efervescência expressado para além de ações em protestos, é incluída a dimensão acadêmica, atingida pela publicação de livros, matérias em jornais e revistas. Ingressar no universo da ciência permitiu às mulheres tornar notável (visível) as lacunas invisíveis em seu passado recente, um marco simbólico para história do feminismo, por acentuar uma importante transformação.

Como aponta Louro, (1997, p. 16):

Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os estudos da mulher.

Por volta dos anos de 1970, opera-se uma nova dinâmica de proporções globalizantes entre as mulheres, alicerçada sob a égide da unidade, que busca a façanha de reparar mundialmente as discrepantes desigualdades que as vitimizam por todo esse tempo. Como exemplo, temos a promoção de um conjunto de iniciativas definidas nas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas – ONU, em direção ao feito de desenvolver um importante espaço de representação que conta com a aprovação de várias moções específicas no âmbito jurídico e institucional, sendo designadas como possíveis meios de tornar concretas todas as capacidades das mulheres, ao passo que fortalecem as especificidades por elas reivindicadas.

A característica elementar mais acentuada e indissociável da trajetória dos estudos de gênero, em especial no que tange ao movimento feminista, está em seu caráter político. O lugar da mulher na sociedade é tomado por seu engajamento efetivo e pelo seu compromisso com as lutas encampadas, marcadas pela busca de confrontar os arranjos sociais que engessaram os sexos. Não há razão para que as imposições arbitrárias feitas ao longo da história continuem a exercer domínio sobre os sujeitos. Baseada em uma lógica estável repleta de limitações, essa repressão coloca em risco a mudança e a transformação do que conhecemos sobre gênero.

Antes de iniciarmos a apresentação sobre as características da “terceira onda” do feminismo, fizemos uma observação pormenorizada de outro grande estudioso, o filósofo Michel Foucault, cujas teorias permeiam a relação entre poder e conhecimento, mas também

incluem instâncias de reflexão contemporânea sobre gênero, devido as várias ênfases metodológicas em suas pesquisas e à sua forma única de indagar o real. A “História da Sexualidade”, livro dividido em três volumes, aborda a vontade de saber relativamente aspectos inerentes ao sexo, tais como o corpo, o prazer e o desejo.

Foucault traça uma linha de abordagem revelando que, anteriormente em nossa história, assuntos relacionados ao sexo eram comuns e aceitos no meio social, sem que houvesse, por parte das pessoas, estranhamento, indelicadeza, pudores ou constrangimentos. Diz, em seus textos, que o sexo passava facilmente sem muitas objeções por nossas vidas, através dos discursos e das anatomias, já que os corpos, em suas variadas formas, eram tidos como estruturas naturais.

Porém, o autor relata que a questão do moralismo foi enraizada abruptamente em torno das ações humanas, provocando, assim, uma interferência sobre o que se conhecia da atividade sexual. Essa lógica passa a ser o ponto de partida para a “proteção” desses debates, vinculada à seriedade e ao decoro dos indivíduos, os quais, por sua vez, deviam encarar o sexo unicamente a partir da sua função de reprodução, negando os demais elementos que o integram – como o prazer e o desejo.

Sobre essa “negação” da sexualidade, pode-se afirmar que esta quietude é própria da “repressão”. A esse respeito, escreve Foucault (1988, p. 15):

Dir-me-ão que, se há tanta gente, atualmente, a afirmar essa repressão, é porque ela é historicamente evidente. E que se falam com uma tal profusão e há tanto tempo, é porque essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de liberar-nos; o trabalho só pode ser longo.

Esse trabalho de denúncia emancipadora, ainda que difícil, necessita da compreensão de todos e todas para ser efetivo. O autor viria a identificar, mais tarde, essa como sendo a questão da “anatomia política”. Foucault nos assegura que, em torno do corpo e da sexualidade, devemos publicamente concentrar os discursos com adequada qualificação que se é exigida, correspondente às análises mais oportunas e utilitárias para a sociedade, que por gerações foi encerrada não podendo resistir às investidas da ordem conservadora, vitoriana, orientada e fortemente regida pela hipocrisia da classe burguesa.

Mesmo que Foucault não nos determine de forma clara uma concepção de corpo, ele contribui colocando-nos à disposição algo que não deve ser ignorado, mas sim liberado do silêncio, para propagar a sua existência, a liberdade e o levantamento de uma rede de práticas que possuem a função de ajudar os indivíduos a cuidar dos seus corpos, para assim integrar o

comportamento sexual à gestão da vida e da saúde (CIRINO, 2007). Foucault, ao formular esses questionamentos, dava luz a uma crítica de enfrentamento contra os dispositivos de poder que incitavam obediência às regras de “decência”.

Esta história da sexualidade, ou melhor, esta série de estudos a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo, devo reconhecer que tem projeto circular, no sentido de tratar de duas tentativas mutuamente dependentes. (...) Pensar ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei.

(FOUCAULT, 1988, p.87)

Foucault defende que é preciso produzir um enunciado genuíno do sexo, dada a urgência em acabar radicalmente com essa recusa marcante da sociedade ao tomá-lo por banal, uma compulsão desenfreada em se esquivar e conter a língua. Nessa época se inicia uma ruptura com os paradigmas de interdição, propicia-se o nascimento de um momento de apropriação de estratégias e de dispersão dos abusos absurdos a que fomos submetidos - em especial o grupo que envolve as mulheres. Afinal, o fato de serem do sexo feminino é preenchido por conotações ligadas à responsabilidade matrimonial e consecutivamente à sua obrigação de serem mães, encarregadas do espaço familiar, configurando um adestramento ou uma penalidade por serem presas da espécie.

A partir de variáveis que impulsionaram os anos de 1980, se encaminharam profundas modificações na forma de encarar os estudos de gênero, inaugurando ressignificações sexuais, ao ponto que se começa a adicionar a noção de “diversidade”. Esta emana da emancipação cobrada pelos novos movimentos sociais, com o campo político em evidência. Intensas mobilizações trazem o fortalecimento das perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas.

Esse recorte temporal é identificado como a “terceira onda” do feminismo, sobretudo na década seguinte, nos anos de 1990, que tem como sua principal representante a filósofa pós-estruturalista Judith Butler, a quem nos interessa debruçar a partir de agora. A estudiosa crítica integralmente o que ela chama de “sistema de heterossexualidade compulsória”, regime que dita como “legítimos” ou “corretos” os sexos normativos, seguindo padrões estáveis de sexo baseado no binarismo, que constroem o que entendemos por “homens” e “mulheres”, mas “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p. 24).

Entretanto, existem restrições que conseqüentemente dificultam nossa aprendizagem e limitam as terminologias. “Para a teoria feminista o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-la completa ou adequadamente pareceu necessária, a fim de promover a visibilidade política efetiva das mulheres” (BUTLER, 2003, p. 18), pois o perfil político em

vigor segue uma metodologia de contensão, que se expressa em discursos hegemônicos, tidos como universais.

Ademais, Butler queria sugerir que essa ordem propaga uma obsessão, que tem em juízo o posto de sustentar afirmações organizadoras da supremacia binária, um construto das categorias sexuais consideradas totalizantes, uniformes e “imutáveis”, que detém regulação específica para a sua plena jurisdição, sistema que marca o sexo, o gênero, o corpo, o prazer e o desejo.

É em meio a essa trama que Butler empenha-se, como pesquisadora e ativista, em desenvolver ideias que fortaleçam uma cisão entre corpos sexuados e gênero. Este último caracteriza-se como um artifício “flutuante”, de interpretações múltiplas. Diante dessa ocorrência, vinda do investimento da autora em problematizar os novos atores que surgem em meio à discussão contemporânea, provém a “teoria social do gênero”, apontando que as análises do conceito de gênero não se esgotam.

Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos, categorias re-significáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero. (BUTLER, 2003, p.163-164)

Para Wittig, citada por Butler em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, pensar a alçada de atravessar a pressuposição “permanente” na razão heterossexual em proveito da autonomia dos sujeitos é a tarefa política a ser assumida. A escritora e teórica do feminismo defende que é preciso atenção sob a suspeita presente nas categorias de sexo, que atuam violentamente na realidade tácita. Portanto, é dever “derrubar inteiramente o discurso sobre o sexo, a rigor, subverter a própria gramática que institui o “gênero” – ou o sexo fictício” (WITTIG apud BUTLER, 2003, p. 167).

Nos estudos da teoria feminista, é quase uma regra geral distinguir as categorias sexo, gênero e sexualidade. Estas são referências para o início do reconhecimento da subjetividade que carregamos, uma apropriação da própria interioridade, em especial por se expressarem em eixos distintos. Funciona, assim, a dimensão de corporeidade presente em cada um deles; o que os reflete e diferenciam são as suas particularidades.

Para Butler, “a ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção” (2003, p. 168). Narrado a partir do exemplo corriqueiramente experimentado em situações de diálogo, podemos refletir a pergunta clichê “menino ou menina?” dirigida comumente às mulheres gestantes. É um exercício de aceitação perceber o quanto somos influenciados pelos

marcadores culturais estabelecidos. Ao receber a resposta, involuntariamente, o nosso consciente age produzindo simbologias e traços que perpassam a infância, aspectos como roupas, cores, brinquedos, etc., e que chegam a esboçar um projeto de vida futuro para aquele indivíduo.

Segundo Butler, as imagens corporais dissonantes e controversas ao binarismo beiram à desumanidade. Ao passo que contrapõem a “normalidade”, se tornam descartáveis, sobrevivem em um viés no qual são constantemente encarados como “seres abjetos”. Nesse sentido, por parte da maioria confrontada, se estabelece uma aguda incitação à exclusão destes que ousam assumir publicamente a sua essência, sugerindo que, em função das características apresentadas, os transgressores configuram descontinuidades sexuais, não sendo dignos da “coerência” encontrada no ideal de “natural”. Assim é atribuído a esse grupo um destino, na maioria das vezes, de opressão e marginalidade.

Com a integração desses recentes desdobramentos no campo dos estudos de gênero, põe-se a fortalecer a rede daqueles socialmente estigmatizados, ao relatar suas existências. Trazendo à tona a figura da travesti, para argumentar padrões de identidade, Butler revela a complexidade que sua corporeidade carrega, tanto anatomicamente quanto no espaço psíquico, ao afirmar que transcendem os dois polos do binarismo e fabricam a sua plena e completa expressividade, proliferada além dos moldes impostos.

Nasce a teoria das “subversões performativas”, que Butler desenvolve mediante a relação entre a arte *drag* e os aspectos da corporeidade. Como sexo anatômico e identidade de gênero, essa manifestação trabalha a técnica parodística de imitação por meio de estruturas interpretativas, dramatizando os estereótipos e códigos fabricados pelas categorias sexuais e misturando a noção que temos sobre elas, ao embaralhar as regras que as tecem como universais.

O “papel” social da mulher fica evidente. O engessamento de um modelo de feminilidade é notável, diante da imagem das mulheres reproduzida pelas práticas que polarizaram o seu comportamento, em grande maioria, fruto de repetições derivadas de atos que exerceram profunda fixação e enraizamento do material cultural consumido, funcionando como um ritual estilizado que se aplica a elas genericamente.

Seguindo novas influências, configurações improváveis de sujeitos podem vir a emergir da imanência e tomar terreno para sua plena atuação, como é o caso das travestis. Este cenário contemporâneo permite a realização da representatividade, por conseguir se adequar a um debate que está em constantes mudanças. Nesse sentido, Louro argumenta que

“hoje, as chamadas ‘minorias’ sexuais estão, muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (2001, p. 542)

Dentre as principais correntes desta época, a teoria *queer* ocupa o protagonismo desconstrutivista, uma vez que o processo de aprendizagem sobre as questões pós-estruturalistas ocorre continuamente sem chegar a um significado completo. Assim, numerosas conceituações podem aparecer, mas na maioria das vezes “*queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2001, p. 546).

Manifesta-se uma leitura diversificada das teorias feministas. Ao colocar-se à disposição de investigação, entram num cenário onde levantam-se críticas de posicionamentos difíceis, mas que aliam-se ao desafio de traduzir a formação da identidade e da subjetividade dos grupos antes invisibilizados e silenciados. A sociedade agora se depara com estas minorias sexuais, recorrendo à produção científica e aos métodos necessários para o pleno desenvolvimento, num exercício analítico que reconhece o impacto do deslocamento das posições de gênero e sexuais, agora mais do que nunca improváveis, multiplicáveis e evoluídas. A crítica feminista tem a missão energética de explorar a arguição das estruturas que transcenderam da subalternidade para necessária popularização, articular abordagens inclusivas e derrubar os mecanismos usados para justificar a exclusão daqueles que subvertem convenções sexuais - um círculo vicioso que continua sendo o principal responsável por reforçar preconceitos.

Do ponto de vista de Butler, encarar o movimento feminista, a partir da dialética, permiti a constante reformulação da sua atividade política. Logo, é válido operar a argumentação sobre aquelas que constroem essa organização. Isto é, colocar em questão: a insistência na unidade que as reúne contempla o grande número de mulheres? Há um lugar comum que descreva essas mulheres como iguais? E ainda: a concepção de unidade por elas adotada esconde disparidades? Essas perguntas acentuam o quanto é propício indicar o “nicho” que cada uma delas integra e reparar os demais atributos de enquadramento que as diferencia, abrangendo cor, etnia, sexualidade, classe, sem esgotar as possíveis fontes de integração, pois tantas são as variáveis, que não podemos ignorá-las.

O “nós” feminista é sempre e somente uma construção fantasística, que tem seus propósitos, mas que nega a complexidade e a indeterminação interna dos termos, e só se constitui por meio da exclusão de parte da clientela que simultaneamente busca representar. (...) A instabilidade radical da categoria põe em questão as restrições fundantes

que pesam sobre a teorização política feminista, abrindo outras configurações, não só de gêneros e corpos, mas da própria política. (BUTLER, 2003, p.205)

Elas são mulheres, mas também são brancas, negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, periféricas, da cidade, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, cis, transsexuais, estudantes ou da classe trabalhadora. Estas proposições de alteridade produzem demandas específicas, vinculadas a articulação de consistentes reivindicações voltadas a cobrir o dinamismo destas e de outras formas de distribuição. Faz-se necessário pensar a alteridade dentro do feminismo e as interseccionalidades.

As mudanças acompanhadas ao decorrer dos estudos feministas forjaram ensaios de executáveis formas de encaixar, no sistema pedagógico e educacional, o pensamento sobre a fluidez das identidades sexuais e de gênero, de modo a trabalhar as diferenças de um ponto de vista inclusivo, ao incorporar em si a vivência e a realidade do Outro, como se fosse o Eu. Um verdadeiro exercício que provoca o conhecimento a partir da descentralização da escola, enquanto instituição normalizadora, que visa o ajuste e disciplinamento, para assumir uma postura provocadora, tal como a teoria de *queer*.

Louro, aponta para uma reviravolta epistemológica, compenetrando o ensino a partir da conscientização e formação política adequada, dando ênfase aos conflitos travados entre os membros que constroem as pautas da militância, por uma sociedade mais justa e solidária, e a ordem que vigora pungente no sistema de opressões. Em enfrentamento às normas sociais regulatórias, “uma pedagogia *queer* desloca e descentra: um currículo *queer* é não canônico” (PINAR, 1998, p. 3), atravessar todas as fronteiras, arriscar e desconcertar, “o único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la” (LOURO, 2008, p. 23).

2. GÊNERO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A socialização na cultura do binarismo sexual sugere, ao pensamento e ao juízo, a ideia equívoca de que existem “profissões de homens” e “profissão de mulheres”, como uma atribuição que decorre “naturalmente” das diferenças entre os sexos. Partindo da premissa de que as representações que reforçam o mito da sexualização das carreiras são construídas histórica e socialmente, este capítulo analisa as condições de desigualdade sexual e de gênero que se estruturam na área de Ciência e Tecnologia.

A concepção baseada no binarismo classifica os cursos universitários de graduação em “masculinos” e “femininos”, sugerindo que as mulheres tendem a manifestar mais habilidades para as áreas de Ciências Humanas e/ou Saúde. Essas ideias denotam haver um “peso ainda visível na sociedade brasileira das ideias preconcebidas em relação à profissionalização da mulher” (TABAK, 2007, p. 14), concepção simplista e redutora, imposta pelas categorias sexuais e de gênero.

Esse é mais um dos abusos arbitrários que insiste em acompanhar a trajetória das mulheres em sua luta contra a opressão de gênero, o qual se reflete na vida social através das relações escolares e acadêmicas, até no âmbito profissional. A persistência desses preconceitos marca a existência das mulheres, influenciando práticas discriminatórias que agem em função de uma rede de poder; que conformam interesses de dominação de um grupo sobre outro, por vezes, numa tentativa de produzir uma desigualdade na competição pelo acesso ao mercado de trabalho.

Fonte de disputa velada, tradicionalmente associa-se a ideia que a mulher possui um destino traçado em função da sua natureza feminina, contra o que indignava-se, por exemplo, Simone de Beauvoir. Em virtude de um prestígio superestimado da virilidade masculina, as mulheres acabam sendo sub-representadas e desvalorizadas. A “inferioridade” feminina, postulada pelos regimes paternalistas, em vigor nas sociedades burguesas, dita que o mundo do trabalho é propriedade e monopólio dos homens, uma representação histórica arraigada com a qual é difícil de romper.

Imediatamente é percebida a evidência que diz que:

Em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestadamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total. (BEAUVOIR, 1970, p.9)

Como visto, a obra de Beauvoir discute hábitos encontrados concretamente na ordem social, alicerçados culturalmente na absoluta primazia dos direitos do homem, que os contemplam com vantagens; e que os favorecem na lógica hierárquica, criada por esse sistema, para colocá-los ao topo e para reforçar essa disparidade. Inclusive, na tentativa de sustentar essa suposta predominância da espécie masculina, apela-se para outras esferas: podemos, assim, citar a religião, como uma das esferas culturais que mais exerce influência, nesse processo de dominação, em especial por conseguir atingir instâncias como a escola, implantando regimes severos de educação, através do ensino canônico ou confessional.

Nos valemos desta passagem descrita por Beauvoir, para a partir de agora concentrar nossa discussão acerca do resgate de experiências apreendidas em torno do contexto histórico que marca a vida das mulheres. Em um recorte temporal, trazido pela pensadora-ativista, compreende-se que as mulheres, em cada época e em cada organização social, sofrem, em maior ou em menor grau, com incoerências adversas atribuídas, pelo julgamento do “Eterno Feminino”, responsável pelo fundamento das representações que polarizaram os sexos.

Revendo o livro “O Segundo Sexo” de Beauvoir, em sua segunda parte, intitulada “História”, acompanhamos em seções a narrativa que se escreve ao decorrer dos tempos, no que tange às atividades que envolvem os grupos de mulheres. Inicialmente, nas formas primitivas, homens e mulheres eram igualmente necessários em termos de sobrevivência, mas as mulheres, ao contrário dos dias atuais, cometiam numerosos infanticídios, por terem os filhos como algo indiferente. Nesse caso, a situação maternal não desempenhava uma ocupação, e sim uma situação importuna. Sem preocupar-se com a ampliação da horda por meio de herdeiros, os grupos iam migrando como nômades, absorvendo dos locais apenas o que pudessem recolher durante o período que estivessem por ali.

Portanto, Beauvoir relata o quão difícil o trabalho da etnografia se torna, para trazer fontes confiáveis de registro da realidade dos povos primitivos, em especial da condição das mulheres. Entretanto, sabe-se que, durante esse trânsito em que viviam, duros encargos eram de responsabilidade delas, pois assumiram o posto de conduzir a prole e carregar os fardos relatados, assim mantendo ao homem a função de proteção e segurança do grupo, até chegado o momento de criação das primeiras ferramentas rudimentares.

O *homo faber* é desde a origem dos tempos um inventor (...) nessa ação experimenta seu poder: põe objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Esse orgulho, ele o manifesta ainda hoje quando constrói uma barragem, uma arranha-céu, uma pilha atômica. (BEAVOIR, 1970, p.84)

Para Beauvoir, parte dessa história nos revela que, nesse estágio, a prevalência do homem era baseada apenas na força, no compromisso de manter a vida; ao passo que a mulher tem o primeiro indicativo de que a maternidade será um agente determinante na sua sujeição à “animalidade”, unicamente correspondente aos fatores fisiológicos que a aprisiona num destino ainda perpetuado.

Por conseguinte, nas comunidades agrícolas, precursoras formas de coletividade são instauradas. Estipula-se o direito sobre propriedades e a tem-se uma maior interação. A fim de assegurar os territórios em que vivem, na medida em que se reconhecem como clã, é apreendido o sentido de unidade. Logo, as mulheres passam a ter alguma espécie de prestígio: dada a valorização da descendência, passam inclusive a ser cultuadas, pois a elas foram dadas a “divindade” de serem mães.

Nesses tipos de arranjos comunitários, sugere Beauvoir, devido as mulheres ficarem majoritariamente ocupadas com as tarefas referente à manutenção daquele modelo de lar, as nomeadas aldeias, as mulheres dispõem de um tempo ocioso, por vezes, sedentário. Nesse espaço vago, ergue-se um ofício oportuno que altera a sua rotina e, por que não dizer, o seu status de trabalho: a indústria doméstica. Logo, vemos prosperar um avanço, mesmo que não se reconheça, na execução de atividades sistemáticas, no qual as mulheres passam a atuar como artesãs e tecelãs; e também com a prática do comércio.

Porém, o fato de terem se reunido e passado a regular as relações entre os domínios por meio do acúmulo do poder, novo regime se estabelece, os feudos: “quando a família e o patrimônio privado se apresentam sem contestação como bases da sociedade, a mulher permanece totalmente alienada” (BEAUVOIR, 1970, p. 104), dá-se aí o aparecimento do “patriarcado”, a razão de todos os malefícios provocados às mulheres. Se legitima a violência a partir da tradição patriarcal. Institucionalizada as vontades do homem, resta às mulheres se adaptarem ao ideal feminino identificado como figura respeitosa, em conformidade com as circunstâncias que as envolve.

Os anos se passam e em meio a essa confusão presente entre os sistemas público e privado, outra ameaça ronda a sorte das mulheres, confrontando ainda mais a sua liberdade. Revoluções encampadas em nome da fé, fizeram as leis religiosas triunfarem e a evolução das mulheres tardar. Em uma espécie de fascínio, a ideologia cristã conquista um grande número de devotas fiéis. Seguidoras de suas doutrinas, elas compram o discurso sagrado intermediado pela igreja, que as mantém no seio da dependência dos homens e à mercê da sua tutela.

Com o advento da classe burguesa se encaminhando em meados do século XVIII e tendo plena consolidação, em seu apogeu, no século seguinte, as jovens mulheres das famílias tradicionais, ou as que constituíam elites privilegiadas, conquistaram o direito à educação, por vezes, encerradas em conventos. É elementar pensar que esse pequeno passo em meio ao processo de efervescência contribua para a mudança dessa estrutura. Porém, “não foi o que aconteceu. A revolução burguesa mostrou-se respeitosa das instituições e dos valores burgueses; foi feita quase exclusivamente pelos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 141).

Sólido é o cultivo da ordem assentada na cultura preponderante, que clama pela perpetuação do encadeamento da mulher à família e ao trabalho doméstico, na permanente condição de esposa, mãe e dona de casa. Como vemos, em “O Segundo Sexo”, o grande problema que acompanha as mulheres é a referência delas à reprodução e não ao trabalho produtor. Mas, se é o trabalho a fonte da dignidade humana, como a mulher se realizará pessoalmente e prosperará?

Em resposta a esta pergunta, vemos que a conquista de êxito profissional para as mulheres exigiu e exige, sem dúvidas, um árduo e lento trabalho de contestação de valores e representações culturais historicamente arraigados e persistentes. A resistência feminina prossegue na luta contra a imposição das categorias sexuais, que marcam o campo do trabalho, baseadas na égide binária. Só com a súbita difusão da indústria é que as mulheres conseguem escapar da subalternidade a que estavam atreladas. Mesmo que ainda ocorra, em larga escala, a divisão do trabalho por sexo, localizar as mulheres nesse ambiente foi renovador.

Nesse contexto, Beauvoir refere que “nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos” (1970, p. 17). Disputar o mercado de trabalho e dividir o chão fabril ao lado de companheiras do sexo feminino, despertou a ira de muitos homens. Porém, obstinadas a marchar rumo ao progresso, organizam-se politicamente para barrar as injustiças que, por muito tempo, as mantiveram subordinadas à opressão social, cultural e, claro, econômica.

Após esta breve digressão histórica, chegamos ao objetivo (geral) propriamente dito de nossa pesquisa, que é precisamente defender a promoção de debates, em todos os níveis de ensino, sobre as construções sociais que colaboram para a persistência de estereótipos sexuais nos cursos de graduação, nos quais a distribuição de homens e mulheres na ciência acontece dicotomicamente (MAGALHÃES; CASEIRA, 2016).

Portanto, para repensar as conexões entre os elementos que constituem esse estudo e escaparmos do aparelhamento cultural, que distancia as mulheres da área de Ciência e Tecnologia, nos propomos a, juntamente com a crítica feminista, desafiar os interesses específicos que trabalham para minimizar, de forma expressiva, a participação das mulheres nesse campo de saber.

É fácil observar que uma proporção consideravelmente maior de meninas se encaminha para os cursos de pedagogia ou educação, enfermagem, nutrição, psicologia, direito (...), mas as ciências ditas duras ou exatas, as ciências da natureza, da matemática e, principalmente, nas diferentes subáreas da engenharia, a proporção de mulheres é muito pequena. (TABAK, 2007, p.13)

Com essa consideração, fica claro que, nas áreas que reúnem maior número de mulheres, existe uma preocupação com o ser humano. Isso se atribui ao fato de que “identificar a mulher ao altruísmo é garantir ao homem direitos absolutos à sua dedicação, é impor às mulheres um dever-se categórico” (BEAUVOIR, 1970, p. 301).

A historicização como realizada acima, por Beauvoir, é uma ferramenta intelectual para “desnaturalizar” o que a história construiu como natural, mostrando como o que as concepções de gênero realmente são: construções humanas, culturais e históricas.

As coisas não são do jeito que são; e muito menos devem continuar a ser. As ideologias que incorporamos inconscientemente tem suas respostas nos “valores” que estruturam o nosso contexto sociocultural; pois não foram poucos os esforços intencionais em favor da ordem, que visam o ensejo de construir uma única racionalidade em designação do “real”, de forma contínua, e, em repetidas vezes, para conceber as mulheres como subordinadas.

A questão que se alega é a de que para desconstruir os problemas de gênero, em ciência e tecnologia é preciso teorizar outras diferenças. “Assim, não se pode falar do universal sem examinar o que esse termo revela, exclui e esconde” (SILVA, 1998, p. 11), pois já experimentamos o modelo de universalidade que tão pouco ou nada traduz as lutas contra as opressões. “Portanto, as construções científicas não são universais, e sim locais, contingentes e provisórias” (SILVA, 2012, p. 55).

Para Bandeira (2008, p. 224):

a crítica feminista alertou que o conhecimento científico não é uma entidade objetiva, afinal é parte da condição cultural dos atores sociais. Sua produção não pode ser realizada como uma atividade abstrata, distanciada e isolada. (...) Ao contrário, devem constituir-se em um cenário provido dessa

multiplicidade e diversidade de atores, ações, atividades, redes de sociabilidades, interações, (des)encontros.

As tendências feministas ousam livrar-se de respostas gerais para as suas reivindicações. Com isso, para mensurar a representação das mulheres e alterar as políticas de localização que explicam gênero, ciência e tecnologia, é preciso uma ruptura com os moldes de conhecimento - que são compostos por homens, ricos e brancos. A descoberta científica deve se reconstruir, dando espaço às políticas de mudança, nas quais todas as mulheres reconheçam a existência do sistema de exploração. É preciso torná-lo evidente.

No entanto, observamos uma crescente onda de silenciamento nesse campo. Não bastasse, no Brasil, a temática gênero, ciência e tecnologia carrega o fardo de uma dupla marginalidade e invisibilidade: primeiro, no campo dos estudos feministas e de gênero; e, em seguida, também nos estudos sociais da Ciência e Tecnologia (LIMA e COSTA, 2016). Na ação concreta e cotidiana, estamos vivendo a ameaça iminente contra o regime democrático, devido à precarização dos direitos de cidadania e à emergência dos extremismos.

Para barrar esses retrocessos, que se apresentam, geralmente, em momentos de crise, a alternativa é a mobilização política: podemos elucidar, com o levantamento das pautas e no enquadramento das necessidades a serem atendidas, assim como também, podemos articular forças, junto a organizações sociais, coletivos, movimentos estudantis, etc., visto que estes compartilham de um objetivo que lhes é comum: se opor ao sexismo - um questionamento recente, apesar da sua durabilidade através dos tempos.

São poucos os governos que entendem a importância de ampliar a massa crítica do país; e que vão ao encontro do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelos órgãos internacionais. Através do crescimento nos níveis de investimento e de estratégias responsáveis por estimular a produção científica, pode ser estimulada a reflexão das relações de gênero e a participação das mulheres no campo das ciências.

As agências brasileiras de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, poderiam dedicar-se ao estímulo de programas de formação, implementados com vistas a superar o déficit da baixa representação feminina nos quadros de cientistas e tecnólogas.

No contexto das políticas públicas para a participação de mulheres no sistema científico e tecnológico brasileiro, alguns programas governamentais foram institucionalizados a fim de cumprir as ações estabelecidas pelas Nações Unidas em suas

conferências e convenções. Ao afirmar essa responsabilidade, o Estado indica que reconhece o impacto para a promoção da dignidade da pessoa humana, ao consolidar o desenvolvimento da incorporação de gênero nos projetos que têm em vista avanços nas áreas de Ciência e Tecnologia.

Vivenciamos, por um tempo, a divulgação por meio de editais de chamadas públicas que buscavam concretizar essa inclusão. Porém, embora embasados, a interseccionalidade ainda constituía um desafio, visto que o caráter feminista e de gênero continuava em plano secundário perto da rigidez das áreas prestigiadas. Coloca-se em xeque a validade dessas iniciativas, que, em geral, são conduzidas por um monopólio masculino, heterossexual e branco. Organizações de mulheres recusam essa insistência em padrões e reprovam, em muitos casos, as avaliações “otimistas” que são entregues à sociedade.

Com essa postura, confirmamos o pensamento de Britzmann (1996, p. 91), no sentido de que “qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias”. Isso nos leva a problematizar que, em alguns casos, a ignorância não se associa à grosseria, no ponto de vista citado acima; mas, sim, refere-se a ignorar, a negar aquela que se configura como diferente, pensamento enraizado pelas políticas normalizadoras que socialmente construíram a imagem de cursos, na C&T, como sendo integralmente voltados para a técnica, não havendo necessidade de propor um tema transversal.

Barsted (2001, p. 8) endossa que “a emancipação da mulher é uma condição básica para a existência de justiça social e, nesse sentido, não deve ser encarada como um problema apenas das mulheres, mas deve envolver toda a sociedade.” Esse preocupante diagnóstico nos leva a perceber a falta de capacitação para lidar com as especificidades que decorrem da integração de mulheres nestes espaços. Em meio a essa problemática, chamamos atenção para o seguinte questionamento: que formas de articulação vêm sendo ensaiadas entre as construções científicas e tecnológicas com os estudos de gênero e educação?

Responder a esta questão talvez nos informe do porquê de as mulheres continuarem a representar, nesse campo do saber, a menor parcela, comparada à superior participação dos homens. Dado o fato de não haver a descrição desta realidade e não ocorrer uma intersecção com as abordagens feministas na própria estrutura das ciências, se distancia a motivação das estudantes que poderiam vir a seguir essas carreiras. Estabelece-se um ambiente desencorajador; acentua-se os registros substanciais de desigualdade.

Entendendo a teoria *queer* “como um movimento, uma disposição existencial e política que supõe a ambiguidade, o não lugar, o trânsito” como descreve Louro (2012, p.

366), incorpora-se, em sua extensão, contribuições contemporâneas de proteção das mulheres. Nessa lógica, uma estratégia em resposta a esse distanciamento exacerbado, seria a adoção de um currículo e de pedagogia *queer*, cuja adesão provocaria uma reviravolta nas antigas assimetrias de ensino. Tomadas notoriamente pela dificuldade em conduzir o processo de produção das diferenças, “em vez de colocar o conhecimento (certo), como resposta ou solução, a teoria *queer* e a pedagogia *queer* colocam o conhecimento como uma questão interminável” (LUHMANN, 2000, p. 151).

3. APROXIMAÇÕES COM O FENÔMENO “*GENDER TRACKING*”

Este capítulo tem como objetivo compartilhar os dados empíricos produzidos a partir da realização de um grupo focal como recurso de pesquisa no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso da graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Entre as abordagens qualitativas em pesquisa social, essa técnica vem sendo recentemente adotada na área educacional, visto que considera os elementos investigativos de condução em função de uma dinâmica flexível.

Para Gomes (2005, p. 40) “o grupo focal é constituído por um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto da pesquisa, a partir de suas experiências pessoais”. Escolhemos essa estratégia, principalmente, por seu caráter inovador, que nos permite reunir, em curto período, depoimentos detalhados sobre os aspectos que visamos levantar a partir dessa vivência.

Nesse caso, a pesquisa “Educação de Mulheres como Resistência: Desigualdade Sexual na Universidade Federal do Piauí – CSHNB”, pretende explorar empírica e localmente a questão problemática através de um grupo focal. A seleção das participantes foi feita através de convite, de modo que suas considerações fossem embasadas em suas realidades concretas. Quanto à forma de convite, tivemos o cuidado formal de apresentar para as participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O documento traz de forma clara todas as informações pertinentes à pesquisa, estabelecendo a liberdade de adesão e de desistência das envolvidas, sem que se possa acarretar nenhum tipo de prejuízo para ambas as partes envolvidas.

Convidamos, para fazer parte do grupo, acadêmicas mulheres ingressantes dos cursos de Bacharelado em Sistemas de Informação, considerado um curso predominantemente masculino, e do Bacharelado em Enfermagem, considerado um curso feminino, segundo a lógica das categorias sexuais, graduações respectivamente nas áreas de Ciência e Tecnologia e de Ciências da Saúde. Avaliamos oportuno definir essas áreas, pois, são, as que, em nossa instituição, possuem maiores diferenças baseadas no sexo dos discentes. Lembrando, que seguindo as diretrizes desta técnica, o emprego de mais de um grupo é permitido, caso não exceda o número de cinco pessoas em cada, o que me permitiu, na condição de moderador, pautar a dinâmica de grupo.

Quanto à maneira de registro das interações, optamos por gravação em áudio, tendo em média, a duração de trinta minutos cada, no qual foi respeitado o espaço de fala das

participantes sem intervenções. Ao passo que ocorriam os momentos de comunicação, procurou-se assegurar apenas que não houvesse dispersão do assunto tratado.

A etapa de verificação dos dados retoma os objetivos do trabalho, para logo em seguida transcrever as respostas de forma codificada, tendo em vista garantir a fidelidade dos fatos de vida narrados, desde os aspectos mais objetivos até os mais abstratos, do período que compreendeu a escolarização e o processo de escolha por um curso universitário.

Na sequência, acompanhamos algumas das contribuições feitas pelas participantes desta pesquisa: a análise que segue traz, em formato de transcrições, relatos de experiência sobre possíveis aspectos do fenômeno “*gender tracking*” ou “sexualização das carreiras”, que podem ter influenciado o processo de tomada de decisão de mulheres por um curso de graduação. Tendo em mente que este momento se configura como um marco importante para a vida dos indivíduos que acessam o ensino superior, faz-se necessário perceber questões fundamentais, dentre as quais: que fatores determinam a motivação de mulheres para a escolha de um curso de graduação?

Vale ressaltar que, após as discussões realizadas, no decorrer dos capítulos anteriores deste trabalho, foram apontados fortes marcadores de desigualdade sexual que encerram o destino da mulher. Exercendo a sua subordinação, há um sistema de dominação que têm nas relações de poder o alicerce para a sua perpetuação; e que continua a empurrá-las para um destino tradicional, comumente associado à sua condição feminina.

As suas características naturais, biológicas, anatômicas e fisiológicas por muito tempo pareceram ser suficientes para traduzi-las enquanto indivíduos. Ligadas à capacidade materna, surgem os mitos que estabilizam o pleno desenvolvimento dessas mulheres. Impossibilitadas de realizar atividades sociais, sua existência é justificada pela manutenção das próximas gerações. Existência? Não seria mais cabível dizer imanência? Viver à margem da sociedade, sem que pudessem descrever, sob a sua própria ótica, o mundo que enxergavam, era a realidade experimentada pela grande maioria delas durante a maior parte da história da humanidade.

Essa segregação, divisão, seccionamento, seja como for, dita as normas que as impedem de transcender. Portanto, se reivindicar enquanto sujeitos de igual dignidade, tornou-se necessidade premente. Soa repetitivo retomar essas breves considerações, mas é justamente perante aquele tipo de mentalidade patriarcal que as mulheres ainda sofrem nos dias de hoje, numa tentativa de limitá-las pela lógica “capenga” das sociedades do patriarcado.

Dessa forma é que muitos “princípios” do moralismo continuam a manifestar os problemas de gênero na vida social. A questão da profissionalização das mulheres é uma das mais evidentes na contemporaneidade, pois, só após duras penas, se democratizou a educação e o mercado de trabalho em termos de paridade sexual. Avanços foram creditados, porém, ainda há uma tarefa árdua a enfrentarmos, na luta em prol da completa dizimação dessa conjuntura desumana. Demandamos ampla divulgação frente ao machismo, pois dele emana todas as opressões.

É preciso incorporar a perspectiva de enfrentamento dos movimentos sociais para essa transformação, pois sob a luz da linha filosófica pós-estruturalista conquistamos a compreensão que a cultura atribui valor simbólico sobre todas as coisas, inclusive para dar significação ao corpo masculino e feminino, já não mais a biologia. Nesse sentido, compreendendo o mecanismo da cultura, percebemos que políticas de mudança podem vir a se instaurar, se moldarmos nossas futuras ações... dessa vez, através da ressignificação da mensagem que nos empenhamos em perpetuar de agora por diante.

Temos como papel decisivo, para essa revolução, colocar à disposição dos indivíduos a livre escolha por suas carreiras profissionais, em especial às mulheres. Por conseguinte, nos reunimos, inicialmente, com cinco acadêmicas do curso de Enfermagem, que em virtude do cumprimento das exigências éticas não foram identificadas. Mas, para o fim de localizar entre elas as falas particulares de cada uma, iremos dispor de números grafados em algarismos arábicos, no início dos blocos de comentários.

Após serem convidadas para integrar o grupo, as estudantes receberam o TCLE para oficializar as suas participações. Mediante leitura dos tópicos que contextualizam o nosso documento tiveram uma visão pormenorizada de como seria o momento de troca, por nós estabelecida. Por fim, esclarecida a postura que adotamos durante a execução do levantamento de dados, deixamos que as participantes fizessem suas considerações. Como em suas palavras relata:

PARTICIPANTE – 1: *“Eu estudei a minha vida todinha em escola militar. Estudei na escola militar de Recife. Graças a Deus lá sempre teve uma ótima estrutura, ótimos professores. A gente todo final de ano tinha Feira das Profissões, e eles levavam a gente ‘pra’ visitas técnicas na UFPE, pra gente se identificar. Tem coisas que a gente escolhe no ensino médio, que a gente acha que quer aquilo. Tipo, eu entrei na graduação de História, antes de entrar na Enfermagem, porque era uma matéria que eu me identificava muito, só que depois descobri que não tinha vocação pra ser educadora”.*

Com essas palavras, temos a primeira constatação que a entrevistada nº1, possui um bom contexto educacional devido a estrutura assegurada pelo Exército Brasileiro, órgão mantenedor da instituição. Porém, a crítica que fazemos é que esse mesmo órgão que gere a escola é omissos nas discussões de gênero, sendo quase impossível que haja propostas de atividades que remetam à excentricidade, e sim a predominância de ordem e disciplina. Continua:

PARTICIPANTE – 1: *“No caso da minha antiga escola, a gente tem as armas: Cavalaria, Infantaria, Artilharia, Engenharia. O que ‘que’ acontece, eu escolhi a Infantaria, e não entrei nas outras áreas. A gente tinha também parque de equitação, aula de ginástica, astrologia e astronomia. Mas eu descobri que o que eu queria fazer mesmo era uma coisa que usasse jaleco, igual a minha mãe. Ela é instrumentadora cirúrgica, ela me inspira, por isso adorava as aulas práticas no laboratório de química, porque queria usar o jaleco. Eu não gostava ‘era’ das aulas no laboratório de robótica, porque eu não queria bater cabeça”*.

Desta vez, aponta a escolha do curso como um desejo, justificando seu pensamento na tentativa de espelhar-se ao modelo materno. Nesse caso, a família reagiu bem ao encorajá-la a seguir nesse campo de ensino e atuação. Entretanto, ao declarar que não era prazerosa a aula de robótica, entendemos essa característica como um traço da persistência dos estereótipos que sugere que a mulher, no ensino secundarista, passa a manifestar menores habilidades, em geral, na matemática e nas áreas exatas e tecnológicas.

PARTICIPANTE – 2: *“Eu vim de uma cidade que só tinha uma escola, ou era essa, ou não era nenhuma. Eu não tive contato com nenhuma questão de como é que seria a formação, o que eu me identificava. A gente tinha mais esses estereótipos de que ou você vai ‘pra’ Direito ou ‘pra’ Medicina porque são os cursos bons, questão de status! Basicamente queria esses dois, mas não sabia! Me ‘falavam’ que na Enfermagem a grande maioria entra, mas acaba desistindo, mas acabei vindo pra cá e ainda tem essa questão se: ‘eu realmente vou me adaptar?’ Vim aleatória pro curso, por questões de possibilidades”*.

Nesse caso, em questão à realidade educacional perante a estrutura física se apresenta de uma forma delicada, ao colocar à tona a bárbara precariedade que se vivencia no interior do nordeste brasileiro. Também traz para o cerne da situação os males que o sucateamento provocado pela má distribuição de recursos e financiamento pode provocar na nossa educação, os baixos índices de acesso à escola nessa cidade é um deles. Assim como o é em tantas outras. Nos é revelado o abandono por parte do poder público, o que, por vezes, inviabiliza as condições de ascensão das meninas diante dos estudos, na medida em que em

níveis de investimentos não asseguram a população com nenhuma assistência. Observa-se também uma visão tradicional do que são as profissões de status.

PARTICIPANTE – 3: “No meu ensino médio, como eu já tinha percebido que o fundamental tinha sido deficiente, vim estudar no IFPI de Picos, mas pra eu me adaptar ali foi luta! Porque eu tive que estudar tudo de novo. Lá era muito qualificado, tinha aula prática por causa do técnico em Informática, mas eu tentei fazer enfermagem porque eu não me via lá. Até agora eu ‘tô’ gostando daqui, mas também não é aquela coisa, ‘AI MEU DEUS QUERO FAZER ISSO PRO RESTO DA MINHA VIDA’ (contém ironia). Na verdade, eu acho que ‘tenha’ uma área que você fica menos desconfortável, eu acho que não tem essa que a gente acerta. Até o 4º período a gente vai descobrir se nós gostamos ou não.”

Essa outra participante, foi estudante de nível médio concomitante ao Técnico em Informática, pelo Instituto Federal do Piauí – IFPI. No entanto, não se matriculou com vistas à formação científica e tecnológica, mas pela vontade de evadir do sistema educacional empobrecido que também se instaura na cidade dela. Outro fator relevante da nossa análise, se dá pelo fato que, mesmo cursando Enfermagem, ainda permanece viva a dúvida sobre qual segmento acadêmico a fará realizada. Talvez, se tivesse tido a oportunidade de realizar uma orientação pedagógica, estivesse integrando hoje uma turma de um curso que trouxesse sensação de bem-estar e pertencimento. Abaixo, temos um registro fotográfico do encontro realizado com as discentes do curso de Enfermagem. Momento em que foram socializadas as contribuições presentes no corpo desta pesquisa.

Figura 1: Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Enfermagem participam do Grupo Focal.



Nesse momento, faremos a transcrição de como se desenrolou a aplicação do grupo focal entre as participantes do curso de Sistemas de Informação, levando em consideração um indicativo que difere do outro grupo, a presença de acadêmicas de outros estados do nordeste.

Confrontadas acerca das vivências que as trouxeram até a área de Ciência e Tecnologia, constatamos um elemento, quase que comum, entre as cinco integrantes da pesquisa, o de maior interesse pela área de exatas no período de escolarização. Boa parte das meninas citaram matemática como sendo uma disciplina que as fascinava. Nessa parte, iremos trazer apenas a síntese dos acontecimentos que marcaram o contexto educacional dessas mulheres.

PARTICIPANTE 4: “Primeiramente a pergunta foi o que é Sistemas? Porque na minha rede social ninguém sabe nem o que é o curso. Só tem um primo meu que já fez Sistemas aqui e disse que eu era louca de entrar. Ele me deu algumas dicas da base curricular porque eu era mais de Humanas, Língua Portuguesa. Na área de Tecnologia ‘é’ Exatas, então eu ‘tô’ apanhando aqui, mas ‘vamo’ mudar isso aí”.

Observa-se novamente, o fenômeno de aproximação das mulheres com as disciplinas de Humanas, argumento geral para justificar a sua dificuldade com outros campos do conhecimento, nesse caso com as disciplinas ligadas a ciência e tecnologia. Na tentativa de expressar o plano de ensino que se estabelece na grade do curso, o discurso utilizado pelo primo da estudante quis impelir basicamente a incapacidade de se conduzir a graduação, porém, mesmo com as adversidades ela segue confiante.

PARTICIPANTE 5: “Eu estudei em uma escola técnica estadual, cursei técnico em manutenção e suporte em informática, na minha instituição tinha laboratório e a gente costumava fazer visitas técnicas em outros polos. Quando disse que vinha (se referindo a Picos), disse primeiro lá em casa. Eu tenho uma tia, que se formou em Pedagogia e que não teve apoio da família, por mais que fosse Pedagogia ninguém incentivava, me inspirei nela por que ela resistiu até o fim. Para as pessoas de fora, tinha gente que não sabia e já julgava, ‘Porque tu vai fazer uma coisa estranha dessa? Tem tantos outros cursos bons, mais fáceis’, e tem gente que me pergunta até hoje ‘É isso que tu quer? Como é viver numa sala que só tem homens?’, ou seja, eles já declaram que Sistemas é só pra homem, mas ainda dá tempo mudar. Existe desigualdade, às vezes também por causa da dificuldade, aí como dão mais resistência aos homens, as mulheres ficam pra trás, a gente fica recuada numa sala de 40 homens e só 5 meninas, temos receio por ser minoria”.

Figura 2: Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação participam do Grupo Focal.

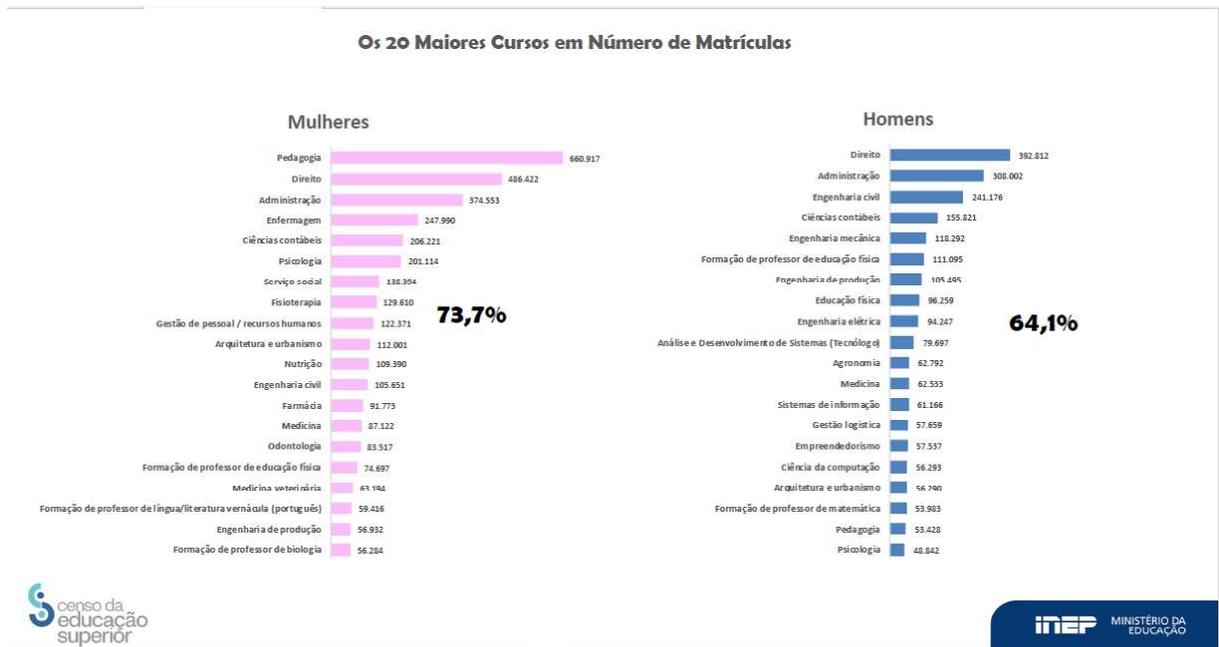


Acima, registro fotográfico do encontro realizado com as discentes do curso de Sistemas, no momento em que foram socializados os relatos presentes nesta pesquisa. Com esses relatos, amarramos vários dos dilemas por nós instigados no movimento de desconstrução das categorias sexuais, que dividem os cursos de graduação em sistemas binários, tais quais como: a influência da família na fase de transição de nível educacional, a falta de recursos experimentais para a prática de momentos formativos, o ensino intermediário presente entre os professores que acompanharam a escolarização dessas jovens, a inexistência de profissionais que orientem a escolha da graduação e os estereótipos sexuais.

Cabe às mulheres reivindicar a sua inclusão em todas as dimensões da vida em sociedade, como sujeito de direitos de cidadania que são, no sentido de sua libertação. A crítica feminista e outras correntes do saber, como os estudos de gênero, são aliadas para o desmonte das desigualdades. De forma geral, tendo estas tendências sido contempladas, o presente estudo identifica a ocorrência delas no caso específico da nossa instituição, sendo evidente o contraste entre homens e mulheres nos cursos de Sistemas de Informação e Enfermagem, onde no primeiro as mulheres configuram o total de 12,5%.

Esclarecida a realidade das estudantes da instituição de ensino superior citada, recorremos a dados estatísticos a nível federal, através do Censo do Ensino Superior disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, órgão vinculado ao Ministério da Educação – MEC, com uma lista dos vinte maiores cursos em número de matrículas classificadas por sexo no ano de 2017.

Gráfico 1: Relação dos vinte cursos mais procurados por mulheres e homens.
Fonte: Ministério da Educação / INEP



Se levarmos em consideração apenas os dez primeiros cursos dessa relação, podemos fazer um comparativo que sustenta todas as teorias por nós apresentadas. Percebemos maior concentração das mulheres em cursos de graduação ligadas ao interesse e cuidado com o ser humano, de modo geral os cursos de Pedagogia, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e Recursos Humanos reúnem um contingente expressivo de brasileiras.

A clientela acadêmica masculina obteve maior participação e grande ênfase nos cursos ligados às Engenharias, regularmente ativos em Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia Elétrica, bem como os dados existentes apontam para a excepcional presença no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ainda é registrado sua concentração nos cursos de Educação Física e, em comum, dividem com as mulheres a aparição nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, como áreas comuns aos sexos.

Apesar da contestação inicial de que a proporção das mulheres em nível de ingresso seja superior à dos homens, pelo que vemos no percentual extraordinário de 73,7% em matrículas, ainda persiste o desequilíbrio nas áreas que ocupam. Ou seja, os cursos tradicionalmente considerados “femininos” continuam a atrair a maioria das mulheres. Impulsionar a transformação desses índices tem se tornado indispensável para dissolver esse obstáculo. Mesmo após a ampliação da rede de ações afirmativas, os resultados de mudança permanecem difíceis de serem conseguidos.

E nesse quesito, outro dado que trazemos, como ponto negativo, diz respeito ao fato de nenhuma das mulheres participantes desta pesquisa terem sido contempladas por nenhum dos programas governamentais de iniciação científica disponíveis. É de lamentar que o seu alcance seja insuficiente, não chegue à maior parte das escolas do território nacional e não atinja o seu objetivo. Sua materialidade e execução estão distantes de concretizar a expansão qualificada da população feminina como colaboradoras do avanço e aperfeiçoamento do país. É de se esperar que alavancar a representação e a ocupação das mulheres seja um grande desafio; mas, em benefício do País, é fundamental que seja efetivado o plano de avanço científico e tecnológico inclusivo para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretar os elementos disponíveis neste trabalho constata-se que a desigualdade sexual entre os cursos de Ciências da Saúde e Ciência e Tecnologia no campus da Universidade Federal do Piauí – CSHNB está concretamente relacionada a forte influência das categorias sexuais, histórica e culturalmente construídas, que determinam os sexos em estruturas binárias. É sob essa consideração que está a principal crítica dos estudos de gênero e do movimento feminista, pois entende-se que os símbolos culturais que associam papéis específicos a cada um dos sexos constroem socialmente estereótipos que reforçam a divisão do trabalho.

Oportunamente, em função de arranjos hierárquicos, os homens puderam gozar dessa classificação injusta, ao tomar as mulheres como aquelas que o devem dedicação: “alicerçado no absoluto e na eternidade: de sua supremacia procuraram fazer um direito” (BEAUVOIR, 1970, p. 16). Ao institucionalizar esse seccionamento tiveram situações mais vantajosas, sendo dada às mulheres apenas o certificado de esposas, mães e responsáveis pelos serviços domésticos.

Para Beauvoir (1970, p. 15), “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita por homens”. Portanto, sugere-se que as mulheres reivindiquem, reclamem essa vontade de autoridade e de domínio, com subsídio no movimento feminista, e continuem a ver na emancipação da mulher a única forma para a transformação dessa conjuntura excludente, em especial nas áreas que registrem certa inferioridade da clientela feminina.

No contexto contemporâneo, apontamos como estratégia, para a transgressão dessa situação de vulnerabilidade que insiste em afastar as mulheres das carreiras científicas e tecnológicas, incorporar uma nova configuração de ensino que tem o processo de formação de professores como ponto de partida, para a garantia da efetiva libertação dos estereótipos sexuais: profissionais, agentes de mudança, na conjuntura dos encaminhamentos teórico-metodológicos adotados, que tem como objetivo prestar orientação qualificada para todas e todos estudantes.

O conhecimento científico não dispõe unicamente de uma maneira adequada de se fazer, mas sim de múltiplas abordagens, em especial num cenário no qual a educação tem se comunicado com outras linguagens e campos disciplinares. Potencializar a pedagogia *queer* e o currículo *queer* parece-nos uma chance de pôr em prática as novas ideias referentes ao movimento e ao dinamismo das teorias pós-estruturalistas; ou, por assim dizer, desconstrutivistas.

Cumpro meu propósito, tendo realizado o agrupamento das ideias que me estimularam a organizar esse trabalho, como ferramenta de informação, esperando que sirva de contribuição para o desenvolvimento de debates posteriores mais aprofundados – e uma singela, mas sincera contribuição para a emancipação feminina através da educação...

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 16 (1), p. 207-230, jan./abr. 2008.
- BARSTED, Leila Linhares. **Os direitos humanos na perspectiva de gênero**. I Colóquio de Direitos Humanos. São Paulo, Brasil. 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v.1, 1970.
- BRITZMAN, Deborah. “O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo”. **Educação e Realidade**, v. 21 (1), p. 71-96, jan./jun. 1996.
- CASEIRA, Fabiani Figueira; MAGALHÃES, Joanira Corpes. **Meninas em carreira de ciência e tecnologia: investigando alguns programas brasileiros**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- CIRINO, Oscar. Os desejos, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. **Mental**. ano V – n. 8 – Barcelona – jun. p. 77-89. 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- GOMES, Sandra Regina. Grupo focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 4, Educação, p. 39-45, 2005.
- INEP. Censo da Educação Superior. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 30.nov.2019.
- LIMA, Betina Stefanello; COSTA, Maria Conceição da. Gênero, ciências e tecnologia: caminhos percorridos e novos desafios. **Cadernos Pagu**, v. 48, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.
- _____. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. 2001, p. 541-553.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v.19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008.
- LUHMANN, Suzanne. “Queering/Querying Pedagogy? Or, Pedagogy is a pretty queer thing”. In: PINAR, William F. (Org.). **Queer Theory in Education**. New Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998. p. 141-156.
- MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista café com sociologia**. Vol. 4, Nº 1. jan/abr. 2015.
- PINAR, William. “Introduction”. In: PINAR, William (Org.). **Queer Theory in Education**. New Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998. p. 1-47.
- SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-construindo em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu** (10) 1998: p. 7-20.
- SILVA, Fabiane; RIBEIRO, Paula. **Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias**. Rio Grande: FURG/PPGEC, 2012. Tese (doutorado) – Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande. PPG em Educação em Ciências. Rio Grande, 2012.
- TABAK, Fanny. Apesar dos avanços – obstáculos ainda persistem. **Cadernos de gênero e tecnologia**. Vol. 3, Nº 10. jul/set. 2007.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADA A PARTICIPAR DA PESQUISA INTITULADA **“EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE SEXUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB”** QUE INTEGRA A MONOGRAFIA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA. A PESQUISA TEM COMO OBJETIVO VERIFICAR QUAIS FATORES DETERMINANTES INFLUENCIAM AS MULHERES NO PROCESSO DE ESCOLHA DE UM CURSO SUPERIOR NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EM RELAÇÃO A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ NO MUNICÍPIO DE PICOS, VISTO QUE EXISTE A NECESSIDADE DE SUPERAR ESTEREÓTIPOS SEXUAIS BASEADOS EM GÊNERO QUE CARACTERIZAM CURSOS COMO “FEMININOS” E “MASCULINOS”. PORTANTO, ESPERAMOS LANÇAR UM NOVO OLHAR SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO PRESENTES NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DE PICOS, AO PROMOVER ESSA FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO A TODAS E A TODOS QUE TIVEREM ACESSO A ESSA PESQUISA, RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DE ELIMINAR DO SISTEMA EDUCACIONAL IDEIAS REDUTORAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES, ASSUMINDO O COMPROMISSO COM A LUTA PELA AMPLIAÇÃO DA MASSA CRÍTICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. O PROCEDIMENTO UTILIZADO PARTIRÁ DA REALIZAÇÃO DE UM GRUPO FOCAL COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, QUE CONSISTE EM ESTIMULAR O PENSAMENTO CIENTÍFICO DAS PARTICIPANTES A PARTIR DAS SUAS INTERAÇÕES NUMA PERSPECTIVA DIALÓGICA E COLETIVA, A FIM DE IDENTIFICAR CONCEITOS E ATITUDES A RESPEITO DO ASSUNTO, SOB A ORIENTAÇÃO DE UM MODERADOR RESPONSÁVEL POR ADMINISTRAR O AMBIENTE DE TROCA, AS DISCUSSÕES E O COMPARTILHAMENTO DAS IDEIAS. OS SEUS REGISTROS SERÃO FILMADOS/GRAVADOS PARA FACILITAR A ANÁLISE DOS DISCURSOS, QUE SERÃO INTEGRADOS POR OS PESQUISADORES NA CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC. PORÉM, A RESPEITO DE SUA IDENTIFICAÇÃO, AS IMAGENS SERÃO TRATADAS CONFIDENCIALMENTE E EM SIGILO. SUA PARTICIPAÇÃO É ISENTA DE CUSTOS

E TAMBÉM DE FORMA VOLUNTÁRIA, NÃO IMPLICANDO EM REMUNERAÇÃO. SUA PARTICIPAÇÃO NÃO É OBRIGATÓRIA E, A QUALQUER MOMENTO, VOCÊ PODERÁ DESISTIR E RETIRAR SEU CONSENTIMENTO. SUA RECUSA NÃO TRARÁ NENHUM PREJUÍZO EM RELAÇÃO AO PESQUISADOR OU A INSTITUIÇÃO.

CASO VOCÊ TENHA DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM O PESQUISADOR ORIENTADOR PROFESSOR DR. GABRIEL EIDELWEIN SILVEIRA ATRAVÉS DO EMAIL: professor.gabriel@ufpi.edu.br OU DO TELEFONE CELULAR – (51) 99413 6179 E TAMBÉM COM O ACADÊMICO DO CURSO DE PEDAGOGIA IGO DANRLEY MENDONÇA ATRAVÉS DO EMAIL: danrleymendoncapicos@gmail.com OU DO TELEFONE CELULAR – (89) 9926 9219.

ASSINATURA DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Picos, ____ de _____ de ____.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Igo Damley Mendonça,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
EDUCAÇÃO DE MULHERES COMO RESISTÊNCIA: DESIGUALDADE
 SEXUAL NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM PICOS
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 10 de maio de 2021.

Igo Damley Mendonça

Assinatura

Assinatura